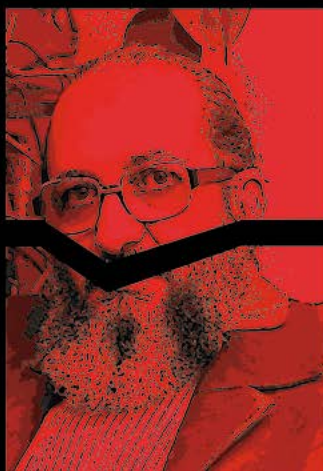


**DEMOCRACIA**

**DIREITOS  
SOCIAIS**

**10<sup>o</sup> CONGRESSO**  
dos/as trabalhadores/as em Educação

**VALORIZAÇÃO  
PROFISSIONAL**



**SINTEPE**

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco

Filiado a **CNE** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação **CUT** Central Única dos Trabalhadores

**Caderno  
de teses**

## Tese 1

# FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

### CONJUNTURA INTERNACIONAL

A crise capitalista segue seu curso e se aprofunda, confirmando a análise de seu caráter prolongado. A atual crise internacional é a mais grave, profunda e abrangente desde 1929. Após a quebra do sistema financeiro seguiu-se a turbulência das dívidas públicas, a ampliação do desemprego e os ataques aos direitos trabalhistas por todo o mundo. Como consequência as organizações de extrema-direita crescem novamente em diversas regiões do planeta. Assim reafirmamos o imperialismo é o principal inimigo da atualidade. Houve uma evidente redução do volume dos trabalhadores do setor produtivo e o aumento do setor de serviços, bem como a precarização das relações de trabalho, o que interfere na correlação de forças entre as classes na sociedade.

O advento de novas tecnologias com a globalização pela livre circulação de capital financeiro; produção flexível, redução da mão de obra industrial; avanço das comunicações são fatores que impactaram na organização dos trabalhadores, cada vez mais fragilizados no seu local de trabalho. Neste século com a economia globalizada, o capitalismo financeiro é dominante, aumentando a concentração de renda. Nos últimos estudos a riqueza acumulada por 1% dos ‘super ricos’ do mundo equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes da população e que as 62 pessoas mais ricas do mundo possuem a riqueza equivalente a metade da população pobre global. Essa crise do capitalismo mundial atinge fortemente e ameaça a unidade europeia.

A crise dos refugiados mostra claramente isso. O levantamento de muros, o controle de fronteiras, os campos de concentração e uma política abertamente repressiva põem em questão os acordos sobre livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias no continente que, juntamente com o euro, são dois principais pilares em que se assenta a União Europeia.

A situação atual do Oriente Médio se caracteriza por reversão da “primavera árabe” e por tortuoso desenvolvimento da tentativa do imperialismo de reordenar o mapa do Oriente Médio a partir da intervenção no Iraque e no Afeganistão.

Frente a todo esse cenário de crise internacional e possibilidades de enfrentamento à hegemonia dos países centrais, o imperialismo estadunidense volta a impor sua política de golpes pelo mundo, em especial na América Latina. Hoje, porém, por vias muito mais sofisticadas do que nas décadas de 50, 60 e 70. Desde os primeiros testes em Honduras, Equador e Venezuela, passando pelo Paraguai, hoje eles impõem ao Brasil, o principal contrapeso na balança latino-americana, um golpe de novo tipo. Por um lado, financiam e incentivam movimentos de sublevação contra governos não alinhados. Por outra via, articulam a tríade mídia-Judiciário-Parlamento para aplicar tais golpes institucionais. Esse, portanto, não é um processo isolado ao Brasil de 2016, mas uma política do império em crise para toda a América Latina.

A crise econômica é utilizada para justificar ajustes, incluindo neste “pacote” o reordenamento da geopolítica mundial. A eleição de Mauricio Macri na Argentina, uma bancada majoritária de oposição ao governo Maduro na Venezuela e o golpe no Brasil com o impeachment da Presidenta Dilma Roussef, sem nenhuma prova concreta de crime, ilustram este processo.

O Brasil foi colocado no centro do debate mundial, com o fortalecimento do

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

Mercosul e os BRICS, deslocando a geopolítica mundial do eixo norte-sul para o eixo sul-sul.

Nesse sentido, devemos cerrar fileiras entre a classe trabalhadora, onde o movimento sindical e o movimento social têm que estar unidos contra a volúpia do grande capital. É nesse cenário que o SINTEPE deve aprovar um plano de lutas para enfrentar o próximo período.

**Fora Temer!  
Nenhum Direito a Menos!**

### **CONJUNTURA NACIONAL**

O Brasil encontra-se em uma encruzilhada histórica, entre os que planejam a regressão dos direitos aos anos 40, identificada na ofensiva conservadora, onde diversos atores das elites nacional e internacional operam diretamente para reduzir direitos dos trabalhadores com aplicação de políticas neoliberais. E por outro lado à luta por um novo ciclo econômico progressista com distribuição renda e redução das desigualdades sociais com políticas que foram aplicadas nos últimos 13 anos pelos governos progressistas.

A crise política brasileira alimenta e impulsiona a crise econômica, calcada nas regras do mercado, que continuam garantindo a concentração de rendas e riquezas, aprofundando ainda mais as desigualdades regionais e sociais. Estamos em plena ofensiva das forças políticas conservadoras no país e na América Latina. O processo de impeachment no Senado Federal aprofundou o acirramento político no país e aumentou a instabilidade política. Este cenário começou a se delinear de forma mais clara desde o final de 2014, quando os setores conservadores, derrotados na disputa presidencial, passaram a construir diferentes estratégias para inviabilizar o governo Dilma. Cabe destacar, entretanto, que a presidenta, desde o início de seu segundo mandato, tomou medidas equivocadas para enfrentar a crise. Propôs uma Reforma da Previdência que ataca os direitos dos trabalhadores. Ainda em 2014, iniciativas e proposições do governo ou de sua base aliada, como o orçamento impositivo e a emenda que permite ao capital internacional atuar na assistência à saúde, fortaleceram setores conservadores.

A reeleição acirrada de Dilma foi garantida pelo voto da classe trabalhadora, a partir do compromisso com bandeiras de esquerda e de reformas. A ofensiva do movimento sindical, especial as Centrais sindicais CUT e CTB, no combate a essas medidas lesivas aos trabalhadores, foi acertada tanto na recuperação do espaço de autonomia e protagonismo das lutas sociais como na disputa das ruas com a direita organizada no movimento pró-impeachment. A fragilidade política do governo se agravou com a crise econômica internacional. As medidas anticíclicas adotadas foram insuficientes para a sua superação.

Desde o governo Lula, as políticas sociais e distributivas, e até mesmo as medidas econômicas anticíclicas, conviveram com a manutenção de uma linha econômica que assegurou expressivos lucros aos setores mais afortunados, como o agronegócio e o sistema financeiro. Com um Congresso Nacional mais conservador das últimas décadas, com a Câmara que foi presidida por Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e agora por Rodrigo Maia (DEM-RJ), sucederam-se o impeachment da presidenta Dilma, e segue pautas que retiram direitos e retrocedem em termos das liberdades individuais. A bancada conservadora e reacionária impõe ataques aos direitos de mulheres, índios, negros, à comunidade LGBT, às religiões de matriz africana e aos trabalhadores do campo e da cidade. Agravando-se com a mudança na lei do pré-sal e a aprovação da PEC 241 na Câmara Federal.

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

Nesse contexto, nós dos setores progressistas encontramos-nos numa situação de defensiva e resistência. Apesar das dificuldades históricas para se construir a unidade no âmbito das forças populares, muitas iniciativas frentistas têm buscado articular variadas organizações da sociedade para enfrentar a crise. A Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo já deram, individualmente e também em conjunto, uma clara sinalização de que o quadro atual só poderá ser revertido com muita mobilização popular. O momento é de ampliar e reforçar a unidade das classes trabalhadoras, esclarecer o conjunto da população sobre o atual momento político.

### CONJUNTURA ESTADUAL

A conjuntura estadual sofre os reflexos das conjunturas internacional e nacional, o ser humano não é uma ilha, um ente federado do Estado brasileiro também não. Por isso, sentimos os reflexos da crise mundial e nacional provocada pela concentração de renda, altas taxas de juros que favorecem os que possuem renda e promovem desemprego em massa para a população mais pobre e menos escolarizada.

Sendo um dos menores estados do Brasil, Pernambuco está encravado em uma região majoritariamente semiárida. Dos 98.146.315 Km do estado, 85.979.387 Km está no semiárido, tendo como bioma a caatinga. O semiárido é perfeitamente viável se inserido no horizonte de um projeto político transformador que supere graves contradições de sua formação. Mas, como até o presente momento os governos que passaram não tiveram e o atual também não tem um projeto político que reduza as desigualdades econômicas e sociais que imperam no nosso estado, amargamos as consequências, comprovadas pelo Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esse índice é composto por três variáveis (Renda, Longevidade e Educação), o desempenho de uma determinada localidade é melhor quanto mais próximo o indicador for do número um. Dos 184 municípios pernambucanos mais da metade tem o IDHM baixo, 107 municípios (58,15%), 71 municípios (38,58%) com o IDHM médio. Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes são os municípios com IDHM alto e não existe no Estado de Pernambuco município com IDHM muito alto. A internacional da educação afirma que a pobreza tem influência direta no rendimento escolar e é aí reside a contradição de um governo que se vangloria da nota obtida no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

No Brasil, 70% dos alimentos advêm da agricultura familiar. Isso aponta para a necessidade de se cuidar adequadamente da agricultura no estado. Porém, estima-se que Pernambuco tenha perdido, nesta grande estiagem, cerca de 800 mil animais e a bacia leiteira perdeu 70% da sua capacidade de produção. Esses problemas atingem diretamente agricultura familiar, que é a grande responsável pelo abastecimento de carnes e outros alimentos na maioria das cidades do estado.

Recentemente o Estado experimentou um processo de crescimento alicerçado nos vultosos investimentos praticados pelos Governos Lula e Dilma na industrialização e na atração de investimentos privados. Outro ramo da economia importante no estado é o turismo, Pernambuco tem o segundo maior número de leitos da região Nordeste. Em 2015, 66,2 mil turistas estrangeiros chegaram a Pernambuco.

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

Porém, o Estado que há poucos anos tinha um crescimento econômico comparável ao chinês, viu sua economia parar o crescimento. Atropelado pela Lava Jato, que ao atingir grandes empreiteiras fez parar os investimentos no Estado. No segundo trimestre de 2016 o PIB de Pernambuco caiu 3,5%, comparado ao mesmo período em 2015. O Positivo é que houve um crescimento de 0,5 % sobre o primeiro trimestre, puxado pelo crescimento na indústria de 8,8% e nos serviços de 0,8%.

Para enfrentar a crise o Governo lança mão de receitas que têm sabor amargo para a população: cortes em recursos para despesas com serviço público; incluindo água e telefone nos hospitais e escolas; atraso nos repasses para as empresas terceirizadas, deixando trabalhadores sem receber salários e; aperto nas despesas com pessoal. Com estas medidas equivocadas o governo complica mais ainda a vida do cidadão e da cidadã. Ao congelar salários dos servidores e reduzir recursos para os investimentos necessários para atender a população, provoca mais desemprego, no mês de julho de 2016 tivemos uma redução de 1.437 postos de trabalho. A cada mês são novos desempregados que terão muitas dificuldades de voltar ao mundo do trabalho, com a tendência de aumento do número de desempregados, devido a aprovação da PLP 257/2015 e a PEC 241/2016 promovidas pelo governo golpista do Temer.

Outra medida amarga para reduzir as despesas com pessoal é manter cerca de 25.000 servidores com Contrato por Tempo Determinado-CTD (Contratos Temporários), sendo a maioria na educação, majoritariamente tem formação superior e recebe como nível médio ou abaixo do salário inicial do profissional de nível superior. Além disso, apresenta outras armas, como: abertura de Processo Administrativo contra dirigentes sindicais e o apego desmedido a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A situação de extrema pobreza que atinge 1,37 milhão de pernambucanos e pernambucanas e o fato do Estado de Pernambuco liderar a lista entre 100 cidades mais pobres do Brasil, vinculado com a queda da receita e as políticas restritivas de investimentos nas políticas sociais agravarão a situação da população, que não receberão os benefícios sociais das legislações, a exemplo, da Emenda Constitucional n. 59/2009 que determinou a universalização do direito à educação para todas as pessoas de quatro a 17 anos de idade e o Plano Estadual de Educação que indica para os próximos dez anos erradicar o analfabetismo e ampliar o tempo escolar, entre outras medidas.

Em Pernambuco o golpe não foi dado sem resistência, a Frente Brasil Popular, com a participação da Frente Povo Sem Medo, fizeram inúmeras atividades em defesa da democracia, contra a retirada de direitos, bem como contra política econômica apresentada por Dilma em 2015. Nesse contexto de lutas, a CUT-PE e a CTB cumpriram papel de destaque, estiveram à frente das grandes mobilizações, somaram forças com o MST, com as entidades estudantis, com as organizações das mulheres, com os artistas, com os movimentos por moradia e demais movimentos populares. Em todos esses momentos o Sintepe se fez presente, esteve nas paralisações, nos atos e na Caravana pela Democracia, realizada pela Frente Brasil Popular.

O PSB Estadual ao cometer o equívoco de apoiar o golpe, cometeu um erro histórico, maculando as tradições libertárias do povo pernambucano.

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

Aprovado o golpe, torna-se fundamental para os servidores públicos, em particular a educação estadual, aprofundar a relação com os movimentos sociais, com os estudantes, com a população em geral na perspectiva de superarmos os efeitos da crise e as opções do Governo do Estado e da União.

### **POLÍTICA EDUCACIONAL**

“Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”

**Paulo Freire**

Há exatamente três anos realizamos nosso IX Congresso, em um cenário que nos remetia a luta por mais conquistas, reforçando, sobretudo a valorização profissional, a partir da consolidação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), com foco na carreira, e nas construções dos Planos, Estaduais, Municipais e Nacional de Educação, que culminou com a realização da II Conae, ao final de 2014.

O Estado tem a obrigação de oferecer creche para as crianças de zero a três anos de idade, os dados de 2014, mostram que 79,3% das crianças estão fora da creche. De acordo com a emenda constitucional n. 59 de 2009, o Estado tem o dever de universalizar as matrículas na educação escolar básica das pessoas de quatro a 17 anos de idade, ou seja, alcançar 100% de matrículas para esta faixa etária, no entanto, o ano de 2016 vai terminar com 17,9% das crianças fora da pré-escola; 2,4% das crianças e jovens fora do ensino fundamental e 16,8% dos jovens fora do ensino médio. Em 2014 dos 7.951.377 pernambucanos e pernambucanas acima de 10 anos de idade, 1.041.630 nunca frequentaram a escola, outros 4.269.888 têm entre 1 a 10 anos de estudos, abaixo dos 14 anos de estudos da educação básica obrigatória. 65,7% das pessoas com 16 anos de idade estão com o ensino fundamental completo e 51,4% das pessoas de 15 a 17 anos idade estão no ensino médio. No Estado de Pernambuco apenas 38,0% dos professores e professoras lecionam na disciplina de sua formação superior e só um quarto dos professores e das professoras (25,4%) são pós-graduados/as. Os dados acima é a constatação que as Políticas e os Programas aplicados pelos governos de Pernambuco foram e são insuficientes para garantir o direito à educação com qualidade social e valorização dos profissionais da educação. O atual governo veicula propagandas sobre a escola de referência, a distorção idade série e as notas no ideb que enganam a população de Pernambuco e do País, vendendo ilusão e divulgando políticas focalizadas para poucos aos demais Estados, é um governo de discurso, na prática não desenvolve política que priorize a educação, nem cumpre as legislações educacionais vigentes. Fez promessas na campanha eleitoral que não irá cumprir, como por exemplo, dobrar o valor do salário base do professor, que em 2014, o salário inicial, era R\$ 1.901,00, até setembro de 2016 passou para R\$ 1.917,00 e pela promessa do (des)governador em 2018 o salário inicial deverá(ria) chegar R\$ 3.802,00. Sendo este um dos motivos da nossa pressão e cobrança: PROMETEU? CUMPRA!

O que defendemos para garantir efetivamente o direito à educação básica com qualidade social e valorização dos profissionais da educação:

A qualidade de vida e o desenvolvimento da nação dependem da qualidade social da educação básica, profissional e superior. Neste sentido, defendemos as medidas abaixo relacionadas como ações fundamentais para alcançar uma educação básica para todos e todas, com qualidade social e a valorização dos seus



## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

profissionais. Portanto, sigamos firmes nas lutas por:

- A educação escolar como um direito social, tendo o Estado o dever, com a efetiva participação da sociedade, de financiar a educação escolar básica pública, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

- O desenvolvimento de políticas e programas que garantam a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a fim de proporcionar o resgate da população que sempre teve seus direitos básicos negados, através de programas de cotas, bolsas de incentivo e outras medidas que promovam o acesso e estimule a permanência na escola de todas as crianças, jovens, adultos e idosos, que estejam ou não na idade apropriada para os estudos;

- Autonomia administrativa, financeira e pedagógica da unidade de ensino para que possam ter liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, com a Secretaria de Educação se responsabilizando pela gestão dos recursos vinculados dos impostos para a educação, mantendo o efetivo controle social, através dos conselhos existentes na área da educação, no âmbito de cada esfera governamental;

- A valorização dos profissionais da educação básica escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com piso salarial profissional nacional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos para os/as profissionais da educação com formação técnica e em nível superior, sendo a exigência da licenciatura para os professores e as professoras, garantindo durante a sua vida profissional a aplicação de políticas voltadas à formação continuada para área de atuação profissional, as relações interpessoais nos locais de trabalho e para o fortalecimento da gestão democrática nas escolas e nos sistemas de ensino;

- A gestão democrática na escola e no sistema de ensino. Sendo na escola com a criação e o fortalecimento do conselho escolar deliberativo, organizado através do voto direto dos segmentos representativos da comunidade educacional, com a instituição em cada escola do grêmio estudantil, associação dos pais/mães/responsáveis pelos alunos e a comissão de sindical de base, que terão a responsabilidade de discutir, elaborar, aprovar e implementar o projeto político pedagógico da escola, bem como, coordenar o processo eleitoral para a escolha dos dirigentes escolares. No sistema de ensino a gestão democrática deverá ser vivenciada com a criação e o fortalecimento dos fóruns de educação, a garantia da autonomia financeira, o caráter deliberativo e a paridade na composição dos Conselhos de Educação. A realização periódica das conferências de educação coordenadas pelo fórum de educação, responsável pela discussão, elaboração e acompanhamento da execução dos planos decenais de educação;

- A garantia de padrão de qualidade, tendo como base o financiamento pelo Custo Aluno Qualidade Inicial e progressivamente pelo Custo Aluno Qualidade de caráter permanente para que de fato promova investimentos na infraestrutura das escolas, na acessibilidade, na aquisição de equipamentos e materiais didáticos adequados e em quantidade suficiente para atender toda a demanda educacional, com criação e manutenção dos laboratórios pedagógicos para todas as áreas de ensino, tendo um quadro de pessoal completo para todos os cargos de atuação dos profissionais da educação, com ingresso exclusivo através de concur-

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

so público, remuneração equivalente a sua formação profissional e incentivo na carreira profissional dentro da educação básica pública.

### **RESISTÊNCIA E LUTA:**

Vivemos na atualidade uma situação em que nossas perspectivas de fazer valer os avanços que permearam as discussões referentes o Plano Nacional de Educação, construído a partir da I e II Conferência Nacional de Educação, norteados pela implantação dos 10% do PIB para a Educação e da construção de um Sistema Nacional de Educação, podem ser frustrados a partir da ofensiva conservadora.

Com o golpe parlamentar/jurídico/e da mídia na democracia brasileira, passamos a sofrer acelerados ataques à estrutura do Estado brasileiro, através de medidas que vão alterar a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394 de 1996). Será preciso muitos estudos e mobilizações para enfrentar a enxurrada de projetos de leis, de autoria dos poderes executivos e legislativos que afetarão a nossa vida particular e profissional. São projetos que desmontam as conquistas que obtivemos nos últimos anos e promovem retrocessos nas políticas educacionais.

A Proposta de Emenda Constitucional n. 241/2016 (PEC 241) ataca os recursos vinculados para a educação, reduzindo os percentuais hoje em vigência ao patamar de no máximo a inflação do ano anterior. O Projeto de Lei n. 4.567 foi aprovado no Congresso Nacional, ele retira da Petrobras a exclusividade de exploração do pré-sal, autorizando a exploração do petróleo por empresas estrangeiras, com isto, haverá redução nos recursos que seriam destinados a educação e a saúde. O Projeto de Lei n. 867/2015, trata da Lei da Mordaza, o seu conteúdo pretende restringir a atuação livre do professor e da professora na sala de aula, proibido tratar de temas de gênero, diversidade e orientação sexual, prevento prisão para os/as profissionais que descumprirem as orientações desta absurda lei. A Medida Provisória 746/2016, que deforma o ensino médio, que entre tantas maldades e retrocessos, ela permite a contratação de professor pelo notório saber, dispensando os estados de realizar concurso público para ingresso na carreira docente.

Se todas as medidas acima forem aprovadas vamos retroceder na educação ao ano de 1940, quando não tínhamos o direito aos recursos vinculados na Constituição Federal. Portanto, a resistência com muita organização, comunicação e mobilização devem pautar a nossa atuação, levando ao conhecimento de toda comunidade escolar as consequências devastadoras destes projetos de leis e mobilizar todos e todas para engrossar as ações nas ruas convocadas pelo SINTEPE e CNTE.

**FORA TEMER!  
NENHUM DIREITO A MENOS!**

### **POLÍTICA SINDICAL**

Os detentores das riquezas, das tecnologias, das ferramentas de trabalho e, enfim, do capital, exercem poder sobre os demais. “Isso resulta em consequências para a classe trabalhadora, que também deve construir - ao lado de sua força econômica, social e política - o seu poder ideológico, para poder se constituir como articuladora de uma força hegemônica alternativa” (SADER, 2005). Essa tarefa exige não só a compreensão das relações entre capital e trabalho como, também, do papel do Estado e da sociedade, cujas instituições não são homogê-



## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

neas, pois refletem suas concepções de classe.

O conservadorismo reage a situação que representa uma visão contra-hegemônica ao capitalismo e ao neoliberalismo, tentando desconstituir, politicamente, o movimento sindical de esquerda. Por isso, são frequentes as acusações de partidização do sindicato, alimentadas por setores monopolistas da mídia. Esta questão pode ser bem compreendida por um conjunto de militantes, porém, não é algo simples, pois produz inquietações na base social dos sindicatos.

Exercer a autonomia sindical, esta é a condição da existência do movimento, sem a qual é impossível praticar um sindicalismo combativo e de lutas. Autonomia não pode ser uma contingência, é defesa dos direitos da Classe, com uma perspectiva avançada, norteadora por uma Práxis focada no coletivo. O debate sobre autonomia sindical adquire sentido na circunstância histórica determinada. O SINTEPE tem que posicionar-se sempre em defesa da democracia.

A agenda do SINTEPE para este período histórico deve, assim, considerar os limites e as potencialidades do movimento social. De um lado, é importante reconhecer os avanços conquistados na última década em termos de políticas sociais, que possibilitaram a inclusão de significativos contingentes da população à renda e ao trabalho, isto é, às condições materiais de existência. De outro, é necessário constatar que os interesses do capital continuam a presidir os grandes embates nacionais e estaduais, cuja lógica de ajuste fiscal entrava o Projeto de Desenvolvimento Sustentável com Distribuição de Renda.

Faz parte da luta de classes uma agenda que aborde a visão da classe trabalhadora sobre a questão tributária (com taxação das grandes fortunas e imposto regressivo); sobre a questão política (com uma reforma política capaz de democratizar as condições de acesso a funções eletivas e combater a corrupção do financiamento de campanhas); sobre a formação da opinião pública (com o controle social dos meios de comunicação); sobre o serviço público (com a ampliação da esfera pública como contraponto aos interesses privatizadores do capital). Ao mesmo tempo, o SINTEPE deve tentar preservar e ampliar os espaços obtidos por dentro do Estado, por meio de políticas voltadas para a igualdade de gênero, respeito à diversidade étnico-racial e de orientação sexual, promoção da acessibilidade e ampliação do direito à educação, entre outras.

Com relação a nossa organização, estrutura e ação sindical, defendemos os princípios de liberdade e autonomia nas organizações, ética nas relações e a unidade dos trabalhadores (as) como elementos essenciais. Defendemos organizações a partir dos locais de trabalho, sindicatos de base, federações e confederações organizadas por ramo atividade, tendo as entidades não como um fim em si mesmas, mas, como uma ferramenta de luta para atingir os objetivos da categoria e dos trabalhadores (as). No que tange à OLT - Organização Por Local de Trabalho, precisamos avançar na escolha dos representantes do sindicato nas escolas e em outros locais de trabalho, prática que deve ser considerada estratégica para aprimorar as relações democráticas de trabalho e para o fortalecimento do SINTEPE.

O financiamento sindical, um dos temas controversos entre nós tem sido razão para muitas disputas sindicais. Está em debate entre o governo federal, as Centrais Sindicais, com a participação da CNTE no grupo de trabalho, a elaboração de um projeto de lei tratando das formas de contribuição dos associados e das associadas aos sindicatos. Por ser um tema divergente não foi possível fechar uma proposta de

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

consenso até o presente momento, logo, cabe ao SINTEPE participar efetivamente deste debate para contribuir com a CNTE nos encaminhamentos adequados ao atendimento da nossa categoria e da classe trabalhadora.

O SINTEPE fez os enfrentamentos em várias frentes de lutas, junto com movimento sindical e social do estado, participamos efetivamente de todas as convocações da nossa Central Sindical nos processos de formação política e sindical, nas mesas de negociações com o governo do estado e nas mobilizações.

Apoiamos as mobilizações e greves dos sindicatos de outras categorias profissionais, a exemplo da emblemática Greve dos Bancários, que enfrentou este novo cenário de ofensiva da elite financeira e rentista, da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), aliados de primeira hora, do Governo Temer, que contou com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que em vários Estados entrou com ações na justiça do trabalho, na tentativa de impor pesadas multas sobre a categoria em greve, chegando a Seção de Pernambuco, a solicitar a prisão da presidenta do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, uma afronta ao direito constitucional e a democracia e um alerta para a Classe Trabalhadora, assim como foi a Greve dos Petroleiros no início do Governo FHC.

Vamos nos manter em mobilização permanente contra a Reforma da Previdência! Em breve, como já anunciado, o governo golpista enviará ao Congresso acional projeto de emenda a constituição para mudar as regras da aposentadoria geral e a dos servidores públicos, com os seguintes conteúdos:

- Fim da aposentadoria especial dos professores e das professoras.
- Idade mínima para homens e mulheres aos 65 anos.
- Desvinculação dos benefícios previdenciários do PIB.
- Nivelamento do tratamento previdenciário entre trabalhadores/as urbanos e rurais e entre trabalhadores do setor público e privado.
- Incorporação do Ministério da Previdência ao Ministério da Fazenda.
- Aumento das alíquotas de contribuição.
- Criação de previdência complementar para os servidores públicos.

Sigamos Firmes na luta Companheiras e Companheiros!

### **POLÍTICAS PERMANENTES**

A Atual conjuntura política que o país atravessa, com retiradas de direitos representando a 'desordem e retrocesso' na educação, no qual o Governo Temer usa o argumento de corte de gastos na Administração Pública como justificativas para suas medidas inconstitucionais. Devemos enfatizar que este governo que não respeita os direitos do povo, retroage de forma brutal contra os direitos conquistados ao extinguir o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, representa claramente o descompromisso com a luta e com as políticas públicas voltadas para a maioria da população.

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

Em um momento no qual cresce na Sociedade o combate aos casos de violência contra mulheres, população LGBT, negros, negras e jovens, este retrocesso em transformar Ministério em Pasta, viola os direitos humanos em vários aspectos: educacionais, políticos, sociais, culturais e econômicos. A efetivação dos direitos humanos na experiência cotidiana esta diretamente associada à dinâmica social e política da vida democrática. A Constituição Federal determina que somos um Estado democrático e de direito, nesta perspectiva não se pode esquecer o papel da educação na formação da cidadania, na ampliação e concretização dos direitos humanos.

Desconstruir uma educação que foi calcada no autoritarismo no clientelismo e na submissão e, reconstruir uma nova cultura fundamentada nos ideais dos direitos humanos, da tolerância da justiça social, da igualdade, é uma tarefa difícil, esse é o grande desafio para o Brasil de hoje. Preconceitos e discriminações fazem parte do cotidiano escolar e cabe ao processo educativo promover espaços de discursão de combate ao machismo e a violência contra as mulheres, combate ao racismo, à homofobia, ao trabalho infantil, a exclusão de pessoas com deficiências, com base nos preceitos universais dos direitos humanos.

Quanto a Saúde dos/as trabalhadores/as, nas últimas décadas, várias iniciativas da sociedade brasileira vêm procurando consolidar avanços nas políticas públicas de atenção integral em Saúde do Trabalhador (ST) que incluem ações envolvendo assistência, promoção, vigilância e prevenção dos agravos relacionados ao trabalho. No entanto, são grandes os obstáculos à consolidação de programas e ações que poderiam contribuir de forma mais efetiva para a melhoria dos indicadores nacionais, que colocam o país em situação crítica quando comparado com nações socialmente mais desenvolvidas.

Especialistas afirmam que o ato de ensinar possui características particulares, geradoras de estresse e de alterações de comportamento dos que nele trabalham. Estudos realizados em diversos países da América e Europa comprovam que os trabalhadores/as da educação, principalmente os docentes estão permanentemente sujeitos a uma deterioração progressiva da sua saúde mental. O Estresse já é reconhecido por organismos internacionais como “enfermidade profissional”, cujos efeitos atingem inclusive o ambiente escolar, é considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), não somente como um fenômeno isolado, mas, “um risco ocupacional significativo do magistério”.

O caminho para encontrar a melhoria na qualidade de vida tem que vir de dentro para fora, o conceito de bem estar, deve partir da própria pessoa. E se torna um agravante, pois verificamos que os trabalhadores (as) com jornada de trabalho excessiva, muitas vezes, ocupando os três turnos gerando pouco tempo livre destinado ao lazer, o estresse torna-se então crônico. Os trabalhadores (as) ficam cada vez mais cansados sem perspectivas de crescimento, irritam-se com facilidade. Sintomas próprios da síndrome Burnout, a Categoria é cometida por diversas patologias que do ponto de vista da medicina do trabalho pode ser enquadradas como ocupacionais.

Envolver toda a comunidade escolar na gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola, é a forma que acreditamos para melhorar as relações interpessoais no ambiente escolar, contribuindo assim com a redução da violência na escola, através de um amplo diálogo para solucionar os conflitos entre os segmentos da Comunidade Escolar. A ausência de política consistente de criação e fortalecimento do Conselho Escolar, com cada segmento da comunidade escolar

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

elegendo seus representantes, definido a presidência do conselho e participando de reuniões periódicas para tratar dos problemas e desafios enfrentados pela escola, contribui com o aumento das doenças ocupacionais que afetam os/as profissionais da educação.

No Brasil, os trabalhadores (as) em educação atuam em péssimas condições e com poucos recursos, mas sabemos da importância do nosso trabalho e continuamos fazendo de tudo para a promoção de uma educação de qualidade, em um quadro como este, onde um trabalho tão essencial é feito em condições tão ruins, acaba desgastando emocionalmente o profissional.

Pernambuco foi o primeiro Estado do Brasil a criar um instrumento próprio de assistência médica para o servidor público estadual, dentro das diretrizes determinadas pela Lei 9.717, de 27/11/98, do Poder Executivo Federal, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios. O Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco (SASSEPE) foi criado pela Lei Complementar nº. 30, de 02/01/2001 e seu regulamento foi aprovado através do Decreto nº. 23.137, de 21/03/2001.

O SASSEPE destina-se à prestação de serviços de assistência à saúde, aos servidores públicos estaduais e aos seus dependentes, no âmbito do estado de Pernambuco, tendo a função de realizar ações de medicina preventiva e curativa, ambulatorial e hospitalar, através de entidades, profissionais e hospitais credenciados e de sua rede própria (HSE e treze Unidades Regionais).

O SINTEPE junto ao Fórum da CUT e a Associação de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco (ASSEPE), historicamente, pleiteiam medidas concretas, da parte do governo, para garantir a sustentabilidade do Sistema. São pleitos que consideramos fundamentais, como: Pagamento com recursos do governo, do débito acumulado com os credenciados; Equiparação entre a contribuição do governo e dos servidores (hoje, 70% vêm dos servidores e 30% do governo); Destinar a contribuição sobre o 13º salário dos servidores para investimentos na Rede Própria, especialmente, no Hospital e realização de concurso público para toda a Rede Própria.

A falta de compromisso do Governo Estadual em considerar os pleitos dos beneficiários do SASSEPE, demonstra o alinhamento com a política atual do governo federal em promover mudanças na estrutura da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, somada a mudança na Lei dos recursos do Pré-sal para educação e saúde, jogando por terra as políticas voltadas para os que sempre foram excluídos pelas Classes Dominantes deste país. A nossa resistência e capacidade de lutar pelos nossos direitos deverão ser ações permanentes na nossa vida particular e profissional. Temos a tarefa de refletir sobre os novos desafios estabelecidos por uma política discriminatória, de um governo não eleito pelo povo e que não representa o interesse dos cidadãos e cidadãs do nosso país.

Diante de tanto retrocesso, o SINTEPE tem o compromisso de trabalhar junto à comunidade escolar, o conjunto de representações sociais e culturais entre homens e mulheres, nos diferentes espaços que venham contribuir na construção de uma sociedade igualitária. Nossas ações serão conjuntas com os movimentos sociais, CUT, CTB, CNTE, IEAL, envolvendo a Base, Diretores/as, Coordenadores (as) de Núcleos, Representantes Setoriais e Funcionários/as do SINTEPE, concre-

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

tizando momentos importantes de debate e troca de opiniões a cerca da construção de estratégias que contribuam na luta e fortaleça os trabalhos desenvolvidos pelas Secretarias de Gênero, Políticas Sociais, Aposentados, Formação, Coletivo da Juventude e outros coletivos organizados no âmbito do SINTEPE.

### **BALANÇO POLÍTICO DA GESTÃO DO SINTEPE**

Ao fazermos o balanço político da gestão do sindicato, nos últimos dois anos, não podemos deixar de considerar a conjuntura política na qual estivemos e estamos inseridos. No período a ser considerado, a luta passou a ser mais pela manutenção do que pela conquista de novos direitos.

Ao iniciarmos o ano de 2015, enfrentamos o primeiro grande embate com o Governo do Estado. O índice de reajuste previsto na Lei Federal de N° 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público), divulgado para janeiro daquele ano (13,01%) não foi cumprida pelo Governador recém-empossado. O mesmo que, em campanha, havia prometido dobrar o salário dos professores e das professoras negou o reajuste para a categoria como um todo, desmontando na prática o nosso Plano de Cargos e Cargos e Carreira. Só foram contemplados/as professores/as com formação em nível médio, antigo Magistério.

Como resposta, a nossa categoria reagiu com um calendário que, entre estado de greve e greve, se estendeu de 10 de abril a 04 de junho.

O ano de 2015 deixou marcas negativas. Mesmo sendo a única categoria, no serviço público estadual, que obteve reajuste, ficamos muito distante do estabelecido na Lei do Piso. O reajuste obtido veio por dentro do Plano de Cargos e Carreira, na condição de progressão por desempenho, contemplando Professores/as com Licenciatura Plena (7,01%), Analistas (6,0%) e Funcionários (6,0%).

Os/As professores/as com formação em Magistério foram contemplados/as com o reajuste do Piso (13,01%) retroativo a janeiro.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, o ano de 2015 foi de muita luta e mobilização. Além do estado de greve e da greve (10/4 a 04/6), realizamos 16 assembleias, 08 seminários, 01 Conferência Estadual de Educação, 05 paralisações nacionais e 04 atos públicos, sem falarmos do cotidiano sindical que envolveu, dentre outras situações a luta contra o fechamento de turmas e de escolas.

Em 2016, os problemas não foram e não estão sendo menores. Iniciamos o ano, de novo, sem o cumprimento da Lei do Piso, cujo reajuste divulgado para janeiro foi de 11,36%. Mais uma vez, não cumprido pelo Governo do Estado, sob a alegação da falta de recursos e do teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que não “permitiu” ao governo “gastar” mais com remuneração dos servidores estaduais.

Mais uma vez, a mobilização e a reação da categoria se fez presente. As deliberações, todas tomadas após discussão e debates ocorridos nas 10 assembleias realizadas, definiram os encaminhamentos da nossa luta. Foram 05 paralisações e 05 atos de protesto.

O reajuste previsto em lei para ser aplicado em janeiro/16 foi negociado com o Governo e aprovado em assembleia da categoria, sendo dividido em 02 (duas) etapas: 5,0% no vencimento de outubro/16 e 6,05% no vencimento de janeiro/17 para professores/as com Licenciatura Plena. Analistas e Funcionários/as, 6,12%

## FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

em outubro. Já para professores/as com formação em Magistério, o percentual da Lei do Piso (11,36%) foi aplicado a partir de outubro retroativo a janeiro.

Durante os dois anos da atual gestão, o SINTEPE vem participando ativamente de lutas em defesa do SASSEPE e mantém participação no Fórum dos Servidores Estaduais, coordenado pela CUT/PE, e que reúne todos os sindicatos do serviço público estadual.

Mantivemos nestes dois anos a política de formação sindical dos dirigentes e da base, realizamos todos os encontros estaduais de temas das políticas permanentes e dos segmentos que compõem a nossa categoria, cumprimos as propostas apresentadas durante o processo eleitoral do sindicato, destacamos os ciclos de debates e os seminários regionais sobre a escola de referência. Estamos tratando a situação da Educação Especial no Estado, foi formado um grupo de trabalho com diretoras/es e representantes dos Centros, em breve serão apresentadas as propostas elaboradas para aprovação em assembleia da categoria.

O SINTEPE, também, teve participação destacada na luta em defesa da democracia no decorrer deste ano de 2016. A nossa participação em todas as atividades da Frene Brasil Popular contra o golpe de estado foi marcante e deixamos claro para a população pernambucana que jamais aceitaremos ataques contra a democracia, regime político que consideramos fundamental para as conquistas dos direitos da classe trabalhadora, na perspectiva de termos uma vida digna e feliz.

O nosso sindicato vem participando e fortalecendo a luta nacional coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras Centrais Sindicais contra o desmonte do serviço público (PEC 241), contra a exploração do Pré-sal por empresas capitalista de outros países (o que compromete o financiamento da educação pública), contra a Lei da Mordaza e contra a reforma do Ensino Médio, dentre outras medidas do Governo Golpista de Michel Temer.

O SINTEPE tem atuação destacada no cenário regional, nacional e internacional, a nossa presença na coordenação da Escola Nordeste de Formação Sindical da CUT, na diretoria da Federação Interestadual dos Trabalhadores/as em Educação, na Secretaria de Assuntos Educacionais da CNTE, na Coordenação do Fórum Nacional de Educação (FNE), sendo destaque internacional no programa DST/AIDS da Internacional da Educação (IE), além da presença em todos os coletivos nacionais da CNTE, a representante do SINTEPE no coletivo da educação escolar indígena foi escolhida para representar a CNTE no encontro internacional que aconteceu na Guatemala, financiada pela Internacional da Educação para a América Latina (IEAL). Estas atuações são demonstrações concretas do potencial desta diretoria e de sua base, o que indica que estamos conduzindo o SINTEPE no rumo certo.

A nossa luta nacional e internacional terá continuidade na participação de todos os eventos convocados pela CNTE, pela CUT e por outras Centrais alinhadas com a defesa dos recursos e investimentos públicos. Em janeiro/2017, o SINTEPE participará do Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação promovido pela CNTE, fortalecendo a articulação e a luta coletiva em todo território Nacional e com amplas possibilidades de ter um dirigente do SINTEPE voltando a presidir a nossa Confederação.

**FORA TEMER!  
NENHUM DIREITO A MENOS!**



# FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

## PLANO DE LUTAS

- Participar de campanhas estadual, nacional e internacional pela paz, pelo respeito à preservação do meio ambiente, pela dignidade humana, pela erradicação da pobreza, contra exploração sexual infantil;
- Manter a luta pela democracia, pela soberania nacional e principalmente para que os recursos do fundo social originados da extração do petróleo e minérios sejam destinados para o financiamento da educação;
- Fortalecer as ações do Fórum dos servidores estaduais e da ASSEPE em defesa do SASSEPE, reivindicando do governo do Estado a realização de concurso público para todas as especialidades médicas e áreas da saúde no HSE;
- Continuar exigindo do governo do estado a descentralização da junta médica, bem como, da requalificação dos postos avançados do SASSEPE pelo Interior;
- Fortalecer a atuação do Fórum Estadual de Educação na direção de pressionar o governo estadual para implementar a Lei do Plano Estadual de Educação 2015-2025;
- Realizar campanha de filiação ao Sintepe em todas as regiões do Estado para fortalecer a organização e mobilização da nossa categoria;
- Participar de todas as mobilizações convocadas pela CNTE e pela CUT para exigir dos governos federal e estadual a devida aplicação das leis voltadas a garantir o direito à educação, com qualidade social e efetiva valorização dos/as profissionais da educação, bem como, para impedir as medidas que promovam retrocessos na educação básica pública;
- Organizar a categoria e os demais segmentos da comunidade escolar para desenvolver ações em defesa da criação da lei específica sobre a gestão democrática na escola e nos sistemas de ensino;
- Promover ações que fortaleça os trabalhos desenvolvidos pelos coletivos: Antirracismo, Gênero, Saúde, LGBT, aposentados, de formação e da juventude;
- Exigir da Secretaria de Educação do Estado o funcionamento periódico dos grupos de trabalho permanentes, formado por representantes do Sintepe e da SEE, para tratar da infraestrutura dos locais de trabalho e da formação continuada, com o objetivo de desenvolver ações que promovam as condições adequadas de trabalho e de estudos;
- Inserir, de forma permanente, nas pautas de reivindicações a remuneração digna para cada cargo do quadro de pessoal da SEE, bem como, o reajuste anual sobre as gratificações nominais e a criação de adicional de insalubridade para os/as servidores/as lotados/as em locais insalubres;
- Intensificar a mobilização para pressionar o governo do estado a criar a lei do Estatuto dos/as Profissionais da Educação;
- Exigir do governo do estado a criação do programa de formação dos conselheiros e das conselheiras que atuam nos conselhos escolares e no conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB, bem como, investir na contratação de assessores/as para contribuir para o bom desempenho das atribuições dos conselhos;
- Lutar pela efetivação de Escolas para educação infantil, ensino fundamental e médio de Tempo e Formação Integral como Política de Estado, garantindo a matrícula na escola fora do programa de tempo integral, que oferece ensino médio, aos estudantes que não tem disponibilidade para o horário integral.

**Fora Temer!**

# FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS

## DIRETORES:

JOSÉ FERNANDO DE MELO; WILLIAM MENEZES DOS SANTOS; MARINALVA GOMES DA SILVA LOURENÇO; VÂNIA MARIA ALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE; JOSÉ AGRIPINO PEREIRA; WILSON DE SOUZA MACEDO; RITA DE CÁSSIA FILGUEIRAS BARRETO; VALÉRIA CONCEIÇÃO DA SILVA; ANTÔNIA PEREIRA CAVALCANTI; ROZA MARIA PEDRA RICA DOS SANTOS M. FALCÃO; HELENO MANOEL GOMES DE ARAÚJO FILHO; JAIR CAVALCANTI D'EMERY FILHO; PAULO ROBERTO BATISTA DA ROCHA; JORGIANE ARAÚJO FERREIRA BARBOSA; JOSÉ MARTINS DA SILVA; JOÃO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA; MAGNA KATARINY OLIVEIRA DE MOURA; ZÉLITO OLIVEIRA PASSAVANTE; EDEILDO DE ARAÚJO SILVA FILHO; DILSON JOSÉ MARQUES GUEDES; JOSÉ IVO SILVA; ALDAMARE MARIA DA SILVA SANTOS; JOSÉ SEVERINO DE BARROS; RONILDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO; VALÉRIA PEREIRA DE OLIVEIRA; ANDRÉA BATISTA DE SOUZA; SÉPHORA MARINHO DE FREITAS; FRANCISCO DE ASIS MACIEL; MARIA ANTONIETA DA TRINDADE GOMES GALVÃO; ELISANGELA BARBOSA WANDERLEY BUENOS AIRES; JOANA MARIA CAVALCANTI.

## SETORIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA:

AMARA SUELY DA SILVA; WASHINGTON CARVALHO BUENOS AIRES; ROSANA ALVES MENDONÇA DE ALBUQUERQUE; ANDRÉ LUIZ TOGNOLI LIMA; ALBERTO JORGE DE ALBUQUERQUE; ALCIDEZIA FERRAZ LUCIANO; FLÁVIO FERREIRA FERRO; GENY MARIA DE AGUIAR NEVES; EDNEUZA HERMÓGENES DE BARROS TIMÓTEO; LUIZ CARLOS DA SILVA; LUCICLEIDE DE SIQUEIRA CAVALCANTI; MARIA CLÁUDIA DE SOUZA CAMPELO; EMÍLIA APOLÍNÁRIO VITAL; ALINE ROSANA MACIEL ALVES; ZORAIA BATISTA DA PAZ; JÔNATAS RODRIGUES PACHECO DE MELO; SÉRGIO FELIX DA SILVA; SEVERINA FERNANDA DE ALBUQUERQUE ÂNGELO; ROGÉRIO XAVIER DA SILVA; JOSÉ LUCIANO CAVALCANTI DA PAZ; JARBAS CORREIA DA SILVA; PAULO CESAR LOPES DA SILVA; ADENIR ANDRADE DE OLIVEIRA; IVAN RUI DE OLIVEIRA COSTA; NILTON GUIMARÃES DA SILVA; LUCÉLIA NUNES PEREIRA; JAIME VICENTE DA SILVA; JOY LUIZ RAMOS BENICIO; MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES; PATRÍCIA CORDEIRO BENTO DA SILVA.

## REGIONAIS DO INTERIOR:

MARIA HELENA SIQUEIRA DINIZ CAMPOS; ESPEDITO ANTÔNIO SARAIVA; ROZAILZA MARIA DA SILVA; CRISNACLEUTON DE MACEDO SILVA; VILMA LUCIA FELICIANO; CLAUDIA BETHÂNIA BEZERRA CORREIA; ROSILDA SOBRAL DA SILVA; IZIDORO RODRIGUES SIMÕES; MARIA SILVANA BRITO PADILHA; ALINE PATRIOTA NOGUEIRA; VERA LÚCIA DE ALBUQUERQUE PESSOA; RENATO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR; JAIRO BEZERRA DE SALES; MARIA JOSÉ DA SILVA PONTES; MARIA DA GLÓRIA LOPES CAVALCANTI; FABIANO JOSÉ DE ANDRADE; FREDERICO MARCIO LEANDRO SANTIAGO; ELINALDO RODRIGUES DA SILVA; JOSÉ DE LIRA SOBRINHO; MARIA IDÁLIA DE FREITAS GOMES; JOSÉ EDSON VILARIM DE SOUZA; MARIA GENILDA FREIRE VILARIM; DANIEL JOSÉ DOS SANTOS FILHO; ANA MARIA DE SOUZA; LUCIMAR VILARIM LIMA MENEZES; AUGUSTO DE BARROS SOUTO; JOSÉ RAFAEL DIONÍSIO DA SILVA; LINDINALVA MATOS CAMPOS; ADELMO BUARQUE DE SOUZA; MARIA FERREIRA DE LIMA; JOELSON GOMES DA SILVA; MARIZA PAULINO DOS SANTOS; JOÃO BATISTA CAVALCANTI; LUZINETE DA SILVA CAVALCANTI; MARIA DO SOCORRO LAUREANO SANTOS; LEANDRO PEIXOTO DA PAZ; RAQUEL CHALEGRE SOUZA; BETÂNIA MARIA TAVARES RIBEIRO; GENIVALDO BEZERRA CAVALCANTI; DIOMEDES MATIAS DA SILVA; ARANTES GOMES DO NASCIMENTO; LHUBA MARIA CAVALCANTI DOS SANTOS; JOSÉ REGIS DA SILVA; MARCONE ALEIXO DA SILVA; EDNALDO FRANCISCO LEÃO DA SILVA; ROBSON JOSÉ DO NASCIMENTO; ÂNGELA MARIA DA SILVA; ALDERIVA MARIA DE OLIVEIRA; MARIA CRISTINA COSTA DE CARVALHO; MARIA DO SOCORRO BRAGA; MARIA DE FÁTIMA NETO DO NASCIMENTO; FRANCISCO FERREIRA GONÇALVES; SEVERINA ANA DOS ANJOS; FRANCISCA ABRAIZ PEREIRA FILGUEIRA SAMPAIO; SUETONE ALENCAR PARENTE FILHO; MARGARIDA MARIA DA SILVA; LUCIA MARIA DE SOUZA SANTOS; MARIA GORETTI DE SOUZA LEAL; VANEIDE ALVES DA COSTA; PATRÍCIA SILVIA OLIVEIRA; ALTEMIR MONTEIRO LIMA DE ALMEIDA; CLÍCIA ROBERTA DE FRANÇA; ELINEIDE MARIA DA SILVA; JEOVÁ WILLIAMS DA SILVA; ISRAEL TEIXEIRA BARBOSA.

# Tese 2

## OPOSIÇÃO ALTERNATIVA

### SINTEPE CONSTRUINDO A CSP CONLUTAS

#### CONJUNTURA

##### INTERNACIONAL (1)

Vivemos as consequências do sistema capitalista, uma época de Crises, Guerras e Revoluções. O sistema apresenta a sua face mais cruel com a crise dos refugiados. Milhares de pessoas: homens, mulheres, crianças em condições sub-humanas, morrem afogados tentando escapar da guerra e da opressão de governos ditatoriais e seitas religiosas. É preciso fazer correntes de solidariedade defendendo o acolhimento dos refugiados com instalações adequadas (moradias). Planos de obras públicas e empregos. Que os governos invistam no atendimento das necessidades daquelas pessoas e não na construção de muros. Revela-se a incapacidade deste sistema de resolver os problemas da humanidade, uma vez que todo avanço tecnológico é utilizado para aumentar o lucro de um punhado de capitalistas. Há uma polarização social com a resistência dos trabalhadores aos planos de Austeridade que visam reforçar o sistema. Governos comprometidos com empresas e bancos que visam aumentar o patrimônio por cima dos direitos da classe trabalhadora. Milhões tomam as ruas da França combatendo a reforma da previdência e a retirada de direitos trabalhistas. Os trabalhadores europeus resistem aos ataques dos governos patronais organizando greves e manifestações gigantescas.

Apesar da resistência, os governos tentam impor seus projetos a mando dos setores financeiros. Até mesmo na Grécia, após o plebiscito que rejeitou as medidas impostas, o novo governo (SYRIZA), pretensamente de esquerda, aplica os chamados ajustes contra o povo. Na Venezuela o seguidor de Hugo Chaves enfrenta problemas por conta de sua política contrária aos interesses da classe trabalhadora. A população sofre com inflação alta, desemprego, desabastecimento e condições de vida sofríveis, enquanto setores da direita tentam assumir o comando do país para impôr o mesmo projeto. As eleições americanas demonstram a polarização com o ultra direitista Donald Trump disputando com Hilary Clinton. Duas vertentes burguesas, que não apresentam perspectiva de mudança para imigrantes e demais trabalhadores. Assim como o Mercosul não resolveu os problemas por aqui,, também na Europa se questiona, como vimos com a saída da Inglaterra da zona do Euro. Podemos ver que a Unificação não pode prosperar baseada no mercado e nos interesses dos capitalistas. Só haverá solução com uma unificação em bases socialistas, que busquem a melhoria da condição humana e da natureza e não o lucro.

##### NACIONAL (1)

O Brasil sofre as consequências da crise econômica mundial. Com a retração da economia que vem atingindo o país já há alguns anos, a situação dos trabalhadores vem se deteriorando. O governo Dilma, ao tentar resolver os problemas através da aplicação de medidas que atingiram em cheio a classe trabalhadora acabou perdendo sua base de apoio junto à classe. Com baixos índices de popularidade ficou cada vez mais refém de um congresso corrupto que acabou por aprovar o seu impeachment e entregar o cargo ao seu “aliado” e vice, escolhido por ela para governar. A política de alianças com os empresários mostrou a sua face verdadeira com a destituição de Dilma.

## OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINTEPE CONSTRUINDO A CSP CONLUTAS

Há uma retração do PIB que segue caindo em relação aos períodos anteriores: caiu 0,6% em relação ao primeiro trimestre deste ano e teve queda de 3,8% em relação ao 2º trimestre (IBGE/2016). O governo diz que o país deve crescer 1,6% em 2017, se aprovar o “ajuste fiscal”, mas o próprio FMI fala em 0,5% e nada é garantido. O tal ajuste, nada mais é do que retirar os direitos dos trabalhadores, dilapidar o patrimônio público entregando empresas e serviços para a exploração das multinacionais e destinação de recursos para o pagamento da dívida aos grandes bancos. Ao assumir, o governo Temer anuncia ataques contra os trabalhadores: elevação das horas de trabalho para 12 horas diárias através da reforma trabalhista, fim do SUS, reforma da previdência com a qual a maioria dos trabalhadores perderá o direito à aposentadoria uma vez que pretende elevar a idade mínima para 70 anos, contra uma expectativa de vida de 68 anos.

O desemprego no país atinge 12 milhões de trabalhadores, o rebaixamento salarial atinge níveis recordes e a dívida pública compromete quase 70% do PIB. Mas as medidas apresentadas pelo governo tendem a agravar a situação, pois joga a conta para as costas dos trabalhadores. O projeto do governo prevê:

Privatizações em larga escala com a entrega do patrimônio público para o setor privado, bancos e empresas estrangeiras. Estas medidas já se mostraram ineficazes. Houve privatizações em períodos anteriores, como a Vale, as telecomunicações e o setor elétrico, mas o país só afunda. Salta aos olhos que estas privatizações serão financiadas pelo governo e que os lucros serão garantidos com a contratação dos serviços dessas empresas pelo próprio governo.

Corte de gastos públicos, especialmente nas áreas sociais, com a aprovação da PEC 241 que limita os gastos pelos próximos 20 anos tendo como base a inflação do ano anterior e do PL 257 que congela salários dos servidores, acaba com concursos e privatiza.

Reforma da previdência que acaba com a aposentadoria especial dos professores e estabelece idade mínima de 65 anos podendo chegar aos 70 para aposentadoria.

Reforma Trabalhista - acaba com os direitos previstos na CLT autorizando a “negociação” dos poucos direitos que temos.

Desmonte do SUS e da Educação nos três níveis de ensino.

Terceirização indiscriminada, inclusive no serviço público e Proibição de reajuste real para o Salário Mínimo, sacrificando o conjunto dos trabalhadores. Estas medidas servem para garantir recursos para o pagamento da dívida pública e o lucro dos empresários e dos bancos.

### **ESTADUAL (2)**

O governo Paulo Câmara assumiu o Estado em 2014 fazendo um discurso de que PE seria uma economia pujante, diferente do resto do país, teria um crescimento econômico comparado ao da China, prometendo dobrar o salário dos professores. Após dois anos de governo o discurso mudou, falando agora em crise, atrasando o salário dos servidores, alegando dificuldades financeiras e negando o reajuste do piso salarial dos professores. O complexo de SUAPE que seria um polo de crescimento e emprego agora demite trabalhadores, sofrendo cortes e dificuldades para garantir até mesmo a entrega dos navios já contratados. A FIAT,

## OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINTEPE CONSTRUINDO A CSP CONLUTAS

beneficiada por isenções fiscais e cessão do terreno para a planta industrial, explora uma mão de obra barata pagando salários muito inferiores aos do sul do país, a oferta de empregos é mínima pelo auto grau de automação.

A dívida do Estado, em setembro de 2015 era de R\$ 14,4 bilhões, sendo R\$ 5,59 bilhões com agentes internacionais e o governo Estadual gastou, só com amortização, R\$ 92,0 milhões de janeiro a agosto de 2015. Pernambuco possui 17 contratos com organismos internacionais, sendo 9 com o Banco Mundial, 7 com o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID) e um com o KFW banco europeu (lastreado em EURO). (fonte: Diário de Pernambuco - 19/09/2015). Empréstimos realizados sem destino fixo, ou seja, para serem gastos em qualquer coisa, à escolha do governo. Diz o governo que foram obras de mobilidade, infraestrutura, abastecimento e Educação. Assim se compromete os recursos do Estado sacrificando os trabalhadores para honrar compromissos que foram decididos à sua revelia.

Apesar de ser um governo das elites e de não favorecer os trabalhadores, o governo do PSB tem a colaboração de setores que fazem parte do movimento dos trabalhadores, como é o caso do PC do B que ocupa uma secretaria de governo. Este governo tem atacado duramente os servidores chegando a abrir processo contra dirigentes do sindicato da polícia civil. No tocante à situação salarial exige o sacrifício dos servidores para “economizar” segundo o secretário R\$ 600 milhões até o final do ano. Para os credores, nada de economia, a dívida é paga religiosamente, sem problemas e até mesmo a ARENA PE continua consumindo vultosas somas de recursos públicos apesar de ter sido anunciado o “fim do contrato”. A empresa odebrecht não reclamou. Faltam recursos para pagar aos servidores, mas sobram para contratos com Organizações Sociais e Parcerias Público/Privadas. Funciona assim: na hora de gastar é com o governo, na hora de lucrar, as empresas privadas e, se houver prejuízo, mais uma vez o governo cobre.

### **EDUCACIONAL (3)**

Nos últimos anos a Educação em nosso país vem sofrendo com o corte de verbas e o desmonte em todos os níveis de ensino, desde o infantil, fundamental e médio, até o Ensino Superior. Por um lado, uma série de benefícios fiscais para o setor privado associado à compra de vagas através do pro uni e por outro a redução do peso das Universidades Públicas que, hoje são responsáveis por apenas 20% das vagas do ensino superior. O desmonte do ensino básico ocorre a partir da pretensa municipalização que, na prática, significa o fechamento de turmas em todas as séries do Ensino Fundamental. Esta política se associa com o corte de verbas destinadas à Educação que vem ocorrendo ano a ano. Até mesmo durante o governo de Lula e Dilma houve cortes de recursos. Só em 2015 foram cortados cerca de R\$ 15 bilhões da Educação.

O governo tenta manipular a opinião pública anunciando a ampliação do número de Escolas de Referência em Ensino Médio para 320. A propaganda do governo não mostra que estas escolas representam a extinção de várias turmas do Ensino Fundamental e Médio. As condições de trabalho e estudo nestas Unidades de Ensino também não são favoráveis em sua maioria, exigindo um esforço sobre-humano de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, as relações de trabalho precárias com o pagamento de uma gratificação que não pode ser superior a R\$ 2.130,00. Os professores são forçados a cumprir metas e, sofrendo sempre uma pressão por conta da possibilidade de serem excluídos (expulsos) do sistema e perder parte do salário. Perda certa quando da aposentadoria.

## OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINTEPE CONSTRUINDO A CSP CONLUTAS

Em Pernambuco o termo é “reordenar”, em São Paulo “reorganizar”, no Paraná “reestruturar”, mas em todos, o significado é um só: extinguir turmas, turnos e escolas. Há uma política nacional para reduzir os gastos com a educação através do fechamento de turmas. Os alunos remanescentes desse processo são forçados a estudar em salas superlotadas, quentes e insalubres. Essa situação, associada a exigências do cumprimento de metas, leva ao adoecimento dos trabalhadores em Educação. O fechamento de escolas exclui os alunos trabalhadores que não encontram vagas no turno da noite. Outros estudantes são forçados a estudar em unidades distantes e ainda ficam sem o apoio do livro didático.

Apesar de toda precariedade o governo comemora uma vergonhosa nota de 3,9 do IDEB no Ensino médio que colocaria o Estado nos primeiros lugares do país. O índice do IDEB foi criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para classificar, por critérios empresariais, as escolas e professores em péssimas, regulares e excelentes sendo utilizado como critério para recebimento do bônus forçando ao cumprimento de metas sem considerar as condições nas quais atuam os educadores. O governo do PSB manipula os dados para enganar a população afirmando que PE é primeiro lugar. No Ensino Fundamental fica em 18º e, mesmo no EM o que pesa não são as notas de Português e Matemática e sim a aprovação automática imposta por este.

Vale destacar que o governo força a aprovação automática e manipula dados da evasão e que entre as escolas avaliadas, só algumas são escolhidas para compor o índice final. O descompromisso do governo também foi demonstrado com o fechamento de uma escola em Limoeiro que foi destaque nos índices do IDEB. Em Camaragibe tivemos 3 escolas fechadas só este ano. Mas o governo não faz alarde das escolas fechadas. A escola Santa Sofia, em Camaragibe, recebeu os alunos da Escola N. Sra. Das Dores que fechou recentemente. Alunos estes que, sequer têm direito ao livro didático.

Há ampliação do número de escolas de tempo integral, mas estas escolas estão longe de oferecer condições adequadas para o processo de ensino aprendizagem e estão em contradição com o fechamento de escolas do ensino fundamental e médio na rede estadual.

Uma questão muito importante a se combater é o pragmatismo que prevalece na Educação desde a gestão até o chão da escola. Utilizando-se deste artifício os sucessivos governos responsabilizam os educadores pelo fracasso escolar, deixando de considerar os diversos fatores que influenciam no processo.

Mas as medidas de desmonte da Educação e arrocho salarial não passam incólumes. Os governos enfrentam as greves dos Trabalhadores em Educação e a luta dos estudantes com ocupações de escolas em São Paulo, no Paraná e outros estados do país. Os estudantes deram uma verdadeira lição de organização e luta pela Educação. Isto incomodou setores reacionários que pretendem impedir o recrudescimento destas lutas através de projetos como “Escola sem partido” tentando intimidar estudantes e professores criminalizando suas intervenções.

Além do desmonte da educação sofremos com a ameaça de criminalizar o trabalho dos professores com a lei da mordaza que proíbe o ensino de questões de gênero na escola e tenta impedir o ensino Laico. O ministro da Educação do “novo” governo Temer, Mendonça filho, escolheu um ator pornô como conselheiro (Alexandre Frota) e estabelecer relações promíscuas com os setores privados ofertando o desmonte do Ensino Médio através da Reforma deste nível de Ensino.



## OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINTEPE CONSTRUINDO A CSP CONLUTAS

A reforma do Ensino Médio é mais um golpe contra a Educação em nosso país. Com esta o governo pretende reduzir os gastos e facilitar a vida das escolas privadas com a redução autorizada do quadro de professores. Retiram do núcleo comum disciplinas fundamentais como a Educação Física, Filosofia, artes, sociologia. Esta reforma tenta impedir os jovens de pensar para impedir que estes venham a se manifestar contra as mazelas do sistema.

Estudos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (EzALQ) da USP e também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES) comprovam que, quando há investimentos e melhorias no processo educacional ocorre conseqüentemente a um processo de redução da violência e da criminalidade. Não é a toa os elevados índices de violência em nosso estado vez que a Educação está sendo cada vez mais precarizada como vemos em nosso dia a dia.

Apesar do Pacto pela vida a violência assusta a população vejamos o mapa da violência traçado pela Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco (ADEPPE):

2963 homicídios confirmados em Pernambuco; 1.312 assaltos registrados; 125 arrombamentos; 13 mil veículos roubados; 5.120 casos de violência contra as mulheres; 965 mulheres estupradas.

Este quadro é o retrato de uma sociedade em decadência, da falta de investimento nas áreas sociais, desemprego, falta de moradias, especialmente, descaso com a Educação do nosso povo. Precisamos de uma escola democrática cujas decisões respeitem a comunidade e garantam a eleição dos diretores. Também os conselhos escolares não podem ficar atrelados às direções de escolas.

Precisamos denunciar também a situação pela qual passam os funcionários terceirizados que tem sofrido constantemente com atrasos nos salários sem que o governo tome providência. Não bastasse a exploração a que estão submetidos com salários aviltados.

### **POLÍTICA SINDICAL (2)**

Houve muitas falhas na atuação política dos últimos períodos, senão vejamos: Desde 2013 manifestações tem ocorrido por fora dos aparatos sindicais, como as jornadas de junho (2013) o movimento “não vai ter copa” e outras lutas. A CUT, apesar de ser a maior central sindical da América Latina não conseguiu ser a vanguarda nem o centro aglutinador destas lutas. Esse processo só pôde ocorrer devido à perda de autonomia da direção desta Central e dos sindicatos filiados que passaram a defender o governo Lula e Dilma esquecendo as medidas que estes aplicaram contra os trabalhadores.

As diversas manifestações tinham uma pauta em defesa da Educação, questionava gastos com a copa, questionavam o descaso com a saúde e a corrupção. Estas manifestações abriram caminho para lutas que ocorreram em seguida e para as greves que várias categorias organizaram em defesa de reajustes salariais e outros direitos. Setores da direita tentarem se aproveitar desses processos, mas não conseguiram uma vez que não têm legitimidade com seu projeto elitista.

Apesar de ter uma pauta em defesa de direitos sociais os trabalhadores saem à luta rechaçando as organizações anteriores. A CNTE realmente organizou paralisações em nível nacional, mas não foi conseqüente na Unificação das greves que

## OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINTEPE CONSTRUINDO A CSP CONLUTAS

ocorreram simultaneamente em vários estados do país. Além disso, a direção da CNTE e do SINTEPE chegou a aprovar a defesa do reajuste do PISO pelo INPC mais a metade da variação do FUNDEB, deixando de defender a Lei do piso (11738/08) que estabelece o reajuste pelo custo aluno qualidade.

Desde a primeira reforma de FHC, que acabou com o tempo de serviço e criou o tempo de contribuição, com a anuência da CUT, a classe trabalhadora assiste a colaboração desta central com os sucessivos governos, assimilando também a reforma da previdência do governo Lula que retirou direitos dos servidores públicos estabelecendo a idade mínima e defendendo o governo Dilma apesar desta retirar direitos das pensionistas, do seguro desemprego e do auxílio doença. A MP 680 DE 06/07/2015 instituiu o PPE Programa de “Proteção” ao Emprego reduzindo a jornada e os salários dos trabalhadores com a anuência da CUT e da Força Sindical. Foi no governo do PT que se aprovou a criação da “previdência complementar” abrindo caminho para a exploração pelos bancos dos recursos destinados à aposentadoria dos servidores. Também se aprovou a “lei antiterror” para limitar ainda mais as lutas dos trabalhadores criminalizando-as.

Infelizmente, a direção do SINTEPE participou dos atos em defesa do governo Dilma defendendo a tese de que houve um golpe. Nós achamos que o verdadeiro golpe foi feito pelo governo Dilma que retirou recursos da Educação. Supostos benefícios como o acesso de jovens pobres à universidade, na verdade, significaram a compra de vagas do setor privado que ganhou muito com esta política. O PLS 257 e outros projetos deste governo que todos combatemos, foram gestados nos gabinetes do governo Dilma, e Temer está dando continuidade. Outra contradição está expressa nas alianças eleitorais que o PT e o PC do B fizeram nas últimas eleições. Alianças que incluíram o PMDB, PSB, DEM PSDB e outros partidos “golpistas”.

É preciso derrotar as reformas e o ajuste fiscal de Temer. Para isso, o caminho não é fazer pressão sobre os parlamentares. Já vimos, na votação da PEC 241 que basta um jantar com o presidente que eles votam na base do toma lá, dá cá! É preciso que se construa a Unidade da Classe trabalhadora. Nós, que fazemos parte da CSP CONLUTAS estamos empenhados na construção da GREVE GERAL e chamamos a CUT, CTB e demais centrais para construir esta GREVE GERAL e derrotar as reformas. Através das lutas construir uma saída para a classe trabalhadora rumo a construção de uma sociedade sem exploração e sem opressão..

### **BALANÇO POLÍTICO (2)**

As últimas eleições demonstraram a revolta contra os políticos e as eleições, expressas pelos votos nulos, brancos e abstenções, indignados com tanta enganação. Avaliações dos próprios dirigentes petistas mostram que aquele partido afastou-se dos movimentos sociais o que significa dizer que passaram a defender políticas de cunho neoliberal como privatizações e retirada de direitos, priorizando negociações de gabinete e composições políticas com banqueiros e empresários. Estes processos ocasionaram desilusão com as políticas implantadas pelo governo Dilma e demais governos país afora. Enquanto os trabalhadores sofriam as consequências da crise econômica, o governo aplicava vultosas somas na construção de Estádios para a copa do mundo. Ao mesmo tempo direções sindicais governistas calavam-se frente a estas manobras desprezíveis. Vemos hoje que a copa do mundo não trouxe resultados consistentes em nossa economia e a crise continua. O movimento sindical necessita de uma revolução. Há muito os sindicatos vêm se burocratizando e ficando cada vez mais presos à lógica da CLT

## OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINTEPE CONSTRUINDO A CSP CONLUTAS

getulista. Este fato é agravado pelo atrelamento de direções sindicais aos governos como ocorreu com a CUT, CTB e a Força Sindical em aliança com a direita.

Vejam a situação dos servidores públicos estaduais amargando anos de arrocho salarial enquanto o fórum dos servidores coordenado pela CUT fica entretido em negociações de gabinete com o governo Paulo Câmara. A CUT não consegue organizar os servidores para se mobilizarem contra esta política de arrocho e desmonte do serviço público estadual. É preciso se construir um movimento pela base para que os servidores recuperem seu poder de mobilização e deixem de ser reféns de acordos numa mesa de negociação que não avança. Também é necessária a construção de uma luta unificada dos servidores para derrotar o arrocho salarial e demais ataques do governo Paulo Câmara e seus aliados.

O caso do SASSEPE também é emblemático, pois dirigentes da Central participam do gerenciamento do plano de saúde. No entanto, o governo mantém uma dívida milionária para forçar os servidores a arcar com todas as despesas do plano que, a cada dia se torna mais difícil de sustentar.

Também não podemos deixar de denunciar o papel do judiciário que, hoje se arvora de defensor da moralidade, mas tem exercido uma justiça seletiva direcionando as investigações para apenas um lado e esquecendo os corruptos ligados ao PMDB e ao PSDB. O judiciário está longe também goza de privilégios semelhantes aos dos políticos recebendo super-salários e auxílio moradia entre outros benefícios que a maioria dos trabalhadores não têm. Defendemos a democratização do judiciário com a eleição de juizes em todas as instâncias.

### **POLÍTICAS PERMANENTES (2/3)**

“Enquanto houver opressão e exploração, não poderemos viver a felicidade merecida!”

A crise do sistema capitalista acaba reforçando todos os tipos de opressão com o crescimento do racismo, da violência machista e contra os LGBTs. As medidas impostas pelo governo Temer e seus aliados também contribuem para elevar ainda mais este triste quadro.

A Lei da Mordaza, a restrição ao trabalho sobre questões de gênero impede que possamos fazer o trabalho educativo no combate às diferentes formas de discriminação. Precisamos fazer campanhas para a punição exemplar dos casos de estupro e combater a concepção religiosa que difunde o ódio como fazem setores reacionários muitos deles ligados a grupos “religiosos”. Defender a aplicação de 1% do PIB para políticas de proteção às mulheres com casas abrigo e garantia de emprego às vítimas da violência machista. Punição aos crimes contra os LGBTs e aos crimes de racismo com a aprovação do PL 122 que criminaliza a LGBT fobia.

Defendemos que as mulheres tenham o direito de decidir sobre o seu próprio corpo. No entanto, a respeito do direito ao aborto, este é um caso de saúde pública, uma vez que a proibição tem levado à morte milhares de mulheres em nosso país. Defendemos apoio irrestrito às mulheres que sofrem abortos com atendimento na rede pública de saúde, assistência e fim à criminalização das mesmas. Acesso aos métodos contraceptivos para evitar e todo apoio à decisão das mulheres.

## OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINTEPE CONSTRUINDO A CSP CONLUTAS

Por creches, casas abrigo e políticas de proteção às mulheres vítimas de violência.

Defendemos também o Ensino da cultura afro e da história da África nas Escolas.

Contra o estatuto da família que vem para discriminar e impedir o acesso das políticas públicas para uma soma de agrupamentos familiares que fogem ao padrão estabelecido por setores preconceituosos e reacionários travestidos de religiosos.

### PLANO DE LUTAS (1)

Campanhas por:

- GREVE GERAL PARA DERROTAR O AJUSTE FISCAL E A RETIRADA DE DIREITOS.
- FORA TEMER E TODOS OS CORRUPOTOS;
- ELEIÇÕES GERAIS COM NOVAS REGRAS
- ABAIXO A PEC 241 E O PLS 257;
- CONTRA AS P.P.P's e O.S. ABAIXO A TERCEIRIZAÇÃO;
- FIM DO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA E INTERNA AOS GRANDES;
- CONTRA AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA;
- ABAIXO AS PRIVATIZAÇÕES, REESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS;
- DEFESA DA LEI DO PISO (11.738/08) E SEUS REAJUSTES
- 10% DO PIB PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA E FIM AO FINANCIAMENTO DO SETOR PRIVADO;
- CONTRA O FECHAMENTO DE TURMAS E A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO;
- 50% DA CARGA HORÁRIA PARA AULAS ATIVIDADE
- PAGAMENTO DOS REAJUSTES DO PISO SALARIAL PARA TODA A CARREIRA;
- ELEVAÇÃO DOS INTERVALOS ENTRE AS FAIXAS, CLASSES E MATRIZES DO PCC;
- INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA;
- EXTENSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO PARA TODA A CATEGORIA;
- COBRANÇA DOS 100% DE REAJUSTE PROMETIDO POR PC;
- CONTRA O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO, A LEI DA MORDAÇA;
- CONTRA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO;
- MANUTENÇÃO DOS GASTOS CONSTITUCIONAIS COM A EDUCAÇÃO E A SAÚDE;

## OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINTEPE CONSTRUINDO A CSP CONLUTAS

- EM DEFESA DO SUS 100% ESTATAL E PÚBLICO;
- PETROBRÁS 100% ESTATAL, DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS DESVIADOS E ESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS QUE ROUBARAM;
- ESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS ENVOLVIDAS EM CORRUPÇÃO;
- ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIRETORES DE ESCOLAS E POR CONSELHOS ESCOLARES INDEPENDENTES.
- PAGAMENTO DA DÍVIDA DO SASSEPE E MANUTENÇÃO DESTE COM OS RECURSOS DO ESTADO.
- APOIO ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO POR SEUS DIREITOS E PELA REFORMA AGRÁRIA.
- CONTRA A POLÍTICA DE BÔNUS, PELA GARANTIA DO PISO SALARIAL PARA TODA A CATEGORIA;
- CONTRA AS ESCOLAS DE REFERÊNCIA EXCLUDENTES E DISCRIMINATÓRIAS, POR UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA
- CONTRA A INGERÊNCIA DO SETOR PRIVADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS ATRAVÉS DE PROJETOS COMO O TRAVESSIA E ESCOLAS DE REFERÊNCIA

Assinam estas propostas:

1. Ana Lins de Siqueira Gomes, mat.92669-8; 2. Dácio da Cruz Filho, mat. 102.1540 3. Patrícia Moraes Dantas, mat. 154.238-9; 4. Jerônimo de Melo Ribeiro, mat.109.906-0; 5. Carlos Elias Andrade, mat.189456-0; 6. Maria de Lourdes Florentino, mat. 130.006-7; 7. Jairo Jirolamo Moreira, mat. 174.195-0; 8. Adriana Abreu de Albuquerque-mat. 170.426-4; 9. Maria de Lourdes Terto-mat. 122.410-7; 10. Gycelle Costa Nascimento-mat. 258.809-9; 11. Rogério Luiz Reis da Silva, mat.191.379-4; 12. Maria Albênia de Souza e Silva- mat. 177.424-7; 13. Vânia Maria Tibúrcio Ramos, mat.262.370-6; 14. José Mariano de Macedo-mat.191.383-2; 15. Maria Gildete Lucas, mat.103.769-9; 16. Albaneide de Souza Campos, mat.239.732-3; 17. Kelly Cristina Silva, mat. 177.986-9; 18. Roberto Carlos Gomes da Cunha, mat.193.811-8; 19. Adriana do Nascimento de Arruda, mat.239.929-6; 20. Simone Fontana, mat.132.657-0; 21. Luiza Rodrigues Coelho, mat.112.091-3; 22. Elzira Maria Cipriano, mat.303.529-8; 23. Rosinaldo Ernesto Vieira, mat.239.997-0; 24. Isaac Vieira Nunes-mat.257.163-3; 25. Evandro Vieira Rocha, mat.173-249-8; 26. Madson Rubens da Silva- mat.123.546-0; 27. Sandra Maria da Silva Azevedo-mat.255.530-1; 28. Fabiano da Silva Jiló, mat. 253.494-0; 29. Marcos Fernando de Oliveira Pinheiro, mat.172.433-9; 30. Claudionor Mendes da Silva, mat.253.465-7; 31. Fabiano José de Andrade, mat.302.430-0; 32. Frederico.